



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

### PAUTA DA 3ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**16/07/2025**  
**QUARTA-FEIRA**  
**às 15 horas**

**Presidente: Deputado Filipe Barros**  
**Vice-Presidente: Senador Nelsinho Trad**



**Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência**

**3ª REUNIÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, A  
REALIZAR-SE EM 16/07/2025.**

## **3ª REUNIÃO**

***quarta-feira, às 15 horas***

# **SUMÁRIO**

### **1ª PARTE - AUDIÊNCIA**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Audiência com o Diretor-Geral da Abin, em atendimento ao Requerimento 15/2023 - CCAI.</b>	<b>8</b>

### **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>OFN 1/2024</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>OFN 1/2025</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>OFN 2/2025</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>OFN 3/2025</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>32</b>

<b>5</b>	<b>REQ 6/2025 - CCAI</b>  - Não Terminativo -		<b>41</b>
<b>6</b>	<b>REQ 10/2025 - CCAI</b>  - Não Terminativo -		<b>42</b>

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

PRESIDENTE: Deputado Filipe Barros

VICE-PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

(12 titulares e 0 suplentes)

### TITULARES

### SUPLENTE

#### Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nelsinho Trad(PSD)(8)

MS 3303-6767 / 6768

#### Líder da Maioria

Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(9)

PB 3303-2252 / 2481

#### Líder da Minoria

Ciro Nogueira(PP)(12)

PI 3303-6187 / 6188 /  
6183

#### Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(17)(5)

RS 3303-1837

#### Senador indicado pela Liderança da Maioria

Eduardo Braga(MDB)(3)

AM 3303-6230

#### Senador indicado pela Liderança da Minoria

Esperidião Amin(PP)(2)

SC 3303-6446 / 6447 /  
6454

#### Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Filipe Barros(PL)(13)

PR 3215-5745

#### Líder da Maioria

Arlindo Chinaglia(PT)(11)(15)

SP 3215-5966

#### Líder da Minoria

Caroline de Toni(PL)(10)

SC 3215-5772

#### Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

General Girão(PL)(1)(16)

RN 3215-5914

#### Deputado indicado pela Liderança da Maioria

Mário Negromonte Jr.(PP)(6)

BA 3215-5424

#### Deputado indicado pela Liderança da Minoria

Luiz Philippe de Orleans e  
Bragança(PL)(14)(4)(7)

SP 3215-5719

- (1) 13.04.2023: Deputado Carlos Zarattini foi eleito, nos termos da alínea "e", inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
- (2) 20/04/2023: Designação do Senador Esperidião Amin. (Ofício 1/2023 da Liderança da Minoria no Senado Federal)
- (3) 20/04/2023: Designado o Senador Eduardo Braga como indicado do Bloco da Maioria. (Ofício nº 4/2023 - GLDMAI, da Liderança da Maioria no Senado Federal).
- (4) 02/05/2023: Designação do Deputado Delegado Ramagem como indicado da Minoria na Câmara dos Deputados (Ofício nº 8/2023 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados).
- (5) 22/05/2023: Eleito o Senador Cid Gomes, nos termos da alínea "f", inciso III, do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 21/2023-CRE).
- (6) 12/09/2023: Designado o Deputado Mário Negromonte Jr. conforme Ofício nº 7/2023 da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados.
- (7) 26/06/2024: Designado o Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 49/2024 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.
- (8) 19/02/2025: Senador Nelsinho Trad eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- (9) 19/02/2025: Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria no Senado Federal (Ofício 24/2025/GLMDB).
- (10) 19/02/2025: Deputada Caroline de Toni foi designada Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.
- (11) 19/02/2025: Deputado André Figueiredo foi designado Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.
- (12) 19/02/2025: Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria no Senado Federal.
- (13) 19/03/2025: Deputado Filipe Barros eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
- (14) 01/04/2025: Designado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança em substituição ao Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.
- (15) 08/04/2025: Designado como membro o Deputado Arlindo Chinaglia, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.
- (16) 09/04/2025: Deputado General Girão eleito, nos termos da alínea "e", inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
- (17) 08/07/2025: Eleito o Senador Hamilton Mourão, nos termos do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 87/2025-CRE).

#### REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): RODRIGO RIBEIRO BEDRITCHUK

TELEFONE-SECRETARIA: 3303-4256

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-4256

E-MAIL: cocom@senado.leg.br



**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 16 de julho de 2025  
(quarta-feira)  
às 15h

**PAUTA**  
**CONTINUAÇÃO**  
**Reunião Secreta**

3ª Reunião

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA - CCAI**

**PRESIDENTE:** Deputado Filipe Barros

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad

Ocorrências da reunião: 02/07/2025 às 15h

<b>1ª PARTE</b>	Audiência
<b>2ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Atualizações:

1. A reunião será secreta. (14/07/2025 11:31)

**1ª PARTE****Audiência****Finalidade:**

Audiência com o Diretor-Geral da Abin, em atendimento ao Requerimento 15/2023 - CCAI.

**Resultado Provisório:** Audiência realizada em 02/07/2025.

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****OFÍCIO (CN) N° 1, DE 2024**

**- Não Terminativo -**

*Encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).*

**Autoria:** Agência Brasileira de Inteligência

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCAI\)](#)

**ITEM 2****OFÍCIO (CN) N° 1, DE 2025**

**- Não Terminativo -**

*Encaminha proposta de ingresso de Unidades da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).*

**Autoria:** Agência Brasileira de Inteligência

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCAI\)](#)

**ITEM 3****OFÍCIO (CN) N° 2, DE 2025**

**- Não Terminativo -**

*Encaminha proposta de ingresso de Unidades da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).*

**Autoria:** Agência Brasileira de Inteligência

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento

**Textos da pauta:**  
[Relatório Legislativo \(CCAI\)](#)

#### ITEM 4

#### OFÍCIO (CN) N° 3, DE 2025

**- Não Terminativo -**

*Encaminha proposta de ingresso de Unidades da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).*

**Autoria:** Agência Brasileira de Inteligência

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento

**Textos da pauta:**  
[Relatório Legislativo \(CCAI\)](#)

#### ITEM 5

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA N° 6, DE 2025

*Requer seja convidado à CCAI o Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre a atuação do Governo Federal nas fronteiras brasileiras.*

**Autoria:** Deputada Federal Caroline de Toni

#### ITEM 6

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA N° 10, DE 2025

*Requer que seja convidado à CCAI o Ministro da Defesa, o Comandante da Marinha do Brasil e o Ministro de Minas e Energia, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atracação de navios de guerra iranianos no Porto do Rio de Janeiro em 2023.*

**Autoria:** Deputado Federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**1**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, sobre o Ofício (CN) nº 1, de 2024, da Agência Brasileira de Inteligência, que *encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

### I – INTRODUÇÃO

Submete-se a esta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) a análise da resposta encaminhada pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) referente às informações complementares para a manifestação da CCAI a respeito do Ofício (CN) nº 1, de 2024, da Abin, que *encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*, o qual foi enviado ao órgão de controle externo em atendimento ao disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e no § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.693, de 6 de setembro de 2023.

O Ofício (CN) nº 1, de 2024, tratava das solicitações de ingresso no Sisbin dos Estados da Paraíba, do Mato Grosso do Sul, do Acre, do Mato Grosso e de Sergipe, seguindo-se a ordem em que foram enviados à Abin, ente central do Sistema. Conforme disposto na legislação, os Senhores Governadores desses Estados deveriam apresentar uma lista de órgãos que pleiteavam se tornar “órgãos federados” no Sistema.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Lido no Plenário do Congresso Nacional em 27 de julho de 2024, o Ofício foi distribuído, na mesma data, para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), e designado, em 14 de agosto, este Senador, para relatá-lo.

Ao analisar a documentação e os pedidos encaminhados, várias indagações sobrevieram, as quais este Senador consubstanciou em seu Relatório, apresentado à CCAI em 11 de dezembro de 2024, e aprovado pelo Colegiado. Em síntese, no entendimento da Comissão, causou estranheza que alguns órgãos listados pelos Estados solicitassem ingresso em um Sistema que lida com dados e informações sensíveis, e cuja divulgação pode comprometer os interesses nacionais do País e mesmo ameaçar sua soberania. Dispunha o Relatório:

(...) diante da indagação sobre o atendimento a esses critérios e a outras diretrizes estabelecidas pelo Diretor-Geral da Abin, restamos a dúvida se uma Secretaria Estadual de Educação, ou uma de Turismo e Empreendedorismo, ou mesmo uma Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas, teria condições de atendê-los. Não nos foram encaminhados quaisquer documentos (como convênios ou protocolos) entre a Abin e esses entes das Unidades da Federação. Uma vez que o ofício que estamos a analisar inaugura um procedimento, entendemos que seria conveniente que esta Comissão conhecesse desses compromissos.

Naturalmente, quem deve ser o “avalista” dos órgãos que ingressam no Sisbin é a Abin. Entretanto, entendemos como relevante que o órgão de controle externo da Inteligência, a CCAI, conheça sobre as regras de ingresso dos novos entes e sobre o teor de sua participação no Sistema. Assim, parece-nos conveniente que recebamos da Abin, no caso já desses primeiros entes e, obviamente, dos vindouros, um relatório apresentando as razões pelas quais cada órgão deverá ser membro do Sisbin, bem como o atendimento aos requisitos legais e às disposições estabelecidas pelo Diretor-Geral da Abin. Sugerimos, inclusive, que, para sua aprovação por este órgão de controle externo, seja feita diligência de instrução para que os referidos documentos sejam anexados. Caso contrário, estaríamos a cancelar a adesão ao Sisbin de órgãos e entes das Unidades da



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Federação de forma apenas protocolar, sem qualquer conhecimento sobre as motivações e compromissos desses entes para fazerem parte de um Sistema de tamanha relevância.

Diante da preocupação do Colegiado, decidiu-se pelo sobrestamento da manifestação da CCAI sobre o Ofício nº 1, de 2024, para que fosse realizada a devida instrução do processado, conforme assinalado no Parecer.

Em atenção ao decidido pelo órgão de controle externo, foi enviado pela Abin novo documento, registrado como Ofício nº 845/2024/GAB/DG/ABIN/CC/PR, de 18 de dezembro de 2024, com os devidos esclarecimentos assinalados pelo Senhor Diretor-Geral.

Acompanhando o Ofício, havia três anexos: 1) a Portaria do Diretor-Geral da Abin que estabelece os critérios para o ingresso no Sisbin; 2) um modelo de Formulário de Adesão; e 3) uma “Cartilha” para o preenchimento do formulário. Encaminhado pela Mesa do Congresso Nacional a esta Comissão, coube novamente ao Senador que subscreve proceder à análise da documentação.

## II – ANÁLISE

Preliminarmente, cabe o registro da meritória celeridade com que a Abin atendeu à demanda deste Colegiado. Nesse sentido, fica evidente o comprometimento da atual Administração do órgão, capitaneada pelo Senhor Luiz Fernando Corrêa, em colaborar com o órgão de controle externo, contribuindo para o aprimoramento da fiscalização e do controle da Inteligência no Brasil.

Sobre o mérito da resposta, este Relator entende que o documento esclareceu a todas as dúvidas assinaladas pela Comissão. Nesse sentido, o Diretor-Geral informou acerca dos procedimentos adotados para



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

o ingresso das unidades estaduais e da cautela com relação ao compartilhamento de dados, informações e conhecimentos.

Asseverou que, embora fosse facultado aos Senhores Governadores indicar as entidades estaduais ou municipais que entendiam poder compor o Sisbin com o status de “órgãos federados”, o ingresso não seria automático e muito menos desprovido da comprovação de requisitos e critérios propostos pelo órgão central, o que fora uma preocupação central deste Colegiado.

Assim, esclareceu o Senhor Diretor-Geral da Abin que o encaminhamento ao órgão de controle externo daquelas informações constantes no Ofício nº 1, de 2024, fez parte de uma fase preliminar do processo de ingresso dos chamados “órgãos federados”.

Ouvida a CCAI e os “órgãos permanentes do Sisbin”, poderão ser concluídos os “acordos de adesão”, constituindo o desfecho do que o Diretor-Geral da Abin assinalou como “etapa eminentemente política”. Citou-se o art. 10 da Portaria nº 2.091, de 2024, que estabelece os critérios para aqueles órgãos, e que merece ser de conhecimento das Senhoras e dos Senhores Parlamentares:

Art. 10. O órgão ou entidade de Unidade da Federação será enquadrado como órgão federado quando atender aos seguintes critérios:

I – em relação a suas competências, tratar de temas relacionados à Política Nacional de Inteligência;

II – em relação à sensibilidade de dados, informações e conhecimentos, tratar dados, informações ou conhecimentos associados à Política Nacional de Inteligência;

III – em relação ao padrão de segurança, existirem no órgão ou entidade normas e controles relativos à governança, à segurança física, à segurança de pessoas e à segurança cibernética compatíveis com a sensibilidade dos dados, informações e conhecimentos em sua custódia;



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

IV – em relação aos recursos de pessoal, dispuser de efetivo com cursos de formação ou capacitação relacionados às áreas de Inteligência, de segurança da informação e cibernética ou áreas correlatas de ao menos vinte horas-aula nos últimos cinco anos;

V – em relação aos recursos de suporte tecnológico, dispuser de recursos de suporte de tecnologia tais como inventários de ativos de *hardware* e *software* corporativos, além de procedimentos e tratamento para ativos de software e ativos de hardware não autorizados; e

VI – em relação aos recursos de estrutura organizacional, dispuser de unidade como ponto de contato para assuntos relativos ao Sisbin.

Portanto, na chamada “etapa técnica” do ingresso, os órgãos dos Estados e do Distrito Federal devem atender aos critérios estabelecidos pela Abin, repita-se, o órgão central do Sistema. Também devem produzir um plano de trabalho com o ente central do Sisbin, que o avaliará. Somente com o atendimento a esses requisitos é que o pedido pode ser aprovado, viabilizando-se o ingresso desses entes no Sisbin.

O Diretor-Geral da Abin asseverou, ademais, que, em conformidade com o Decreto nº 11.693, de 2023, o órgão central enviará à CCAI toda a documentação encaminhada pelos órgãos federados para ingresso no Sistema (como formulários de adesão e planos de trabalho).

E fez a ressalva, que este Relator considera de extrema importância, de que o referido ingresso não franqueia aos órgãos federados “o acesso a dados, conhecimentos e documentos de forma indiscriminada” e automática, uma vez que, mesmo entre os membros federais do Sisbin, há limites impostos pela legislação em vigor.

Um derradeiro ponto que pode ser considerado como sugestão deste órgão de controle externo diz respeito ao aprimoramento da cooperação em Inteligência voltada à Segurança Pública.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Ainda que se esteja ciente da existência do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp), vislumbra-se que, por intermédio do Sisbin como estrutura-macro e com os órgãos estaduais e do Distrito Federal a ele vinculados, a cooperação pode ser aprimorada. Dessa maneira, ter-se-ia maior avanço no enfrentamento de ameaças tão presentes em nossos dias, particularmente o crime organizado e o terrorismo.

Ao concluir o documento, o Senhor Diretor-Geral da Abin reiterou a importância desta nova fase do Sisbin, assinalando a importância da inovadora dinâmica de relacionamento entre os entes que o compõem, muito enriquecida com o ingresso dos “órgãos federados”.

Destacou, ainda, o papel fundamental da CCAI no processo, o que, sem sobra de dúvida, assevera o quão valioso é o relacionamento transparente e colaborativo entre controlador e controlado em uma democracia.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, submete-se à Comissão o presente Relatório, por meio do qual este Senador entende que a Abin atendeu ao disposto no arcabouço normativo de Inteligência, enviando ao órgão de controle externo os esclarecimentos sobre o processo de ingresso no Sisbin dos chamados “órgãos federados”.

Propõe-se, se esta Comissão estiver de acordo, que o Relatório seja encaminhado ao Senhor Diretor-Geral da Abin, anexo a Ofício de Sua Excelência, o Senhor Presidente desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, assinalando que o Colegiado tomou ciência do interesse dos Estados da Paraíba, do Mato Grosso do Sul, do Acre, do Mato Grosso e de Sergipe de tomar parte no Sisbin tratados no Ofício (CN) nº 1, de 2024, e que aguarda a complementação com os demais documentos, tão logo sejam produzidos.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –  
Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, sobre o Ofício (OFN) nº 1, de 2025, da Agência Brasileira de Inteligência, que *encaminha proposta de ingresso de Unidades da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

### I – INTRODUÇÃO

Submete-se a esta Comissão o Ofício (CN) nº 1, de 2025, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que *encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*. Segue-se, portanto, o disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e no § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.693, de 6 de setembro de 2023.

São encaminhados, desse modo, para manifestação deste órgão de controle externo, os pedidos de ingresso dos Estados da Bahia, do Espírito Santo, de Minas gerais, de Rondônia, de Tocantins e de Sergipe, seguindo-se a ordem em que foram enviados à Abin, ente central do Sistema.

Acompanham os referidos pedidos o Decreto nº 11.693, de 2023, e a Portaria nº 2.091, de 2024, do Diretor-Geral da Abin, que “estabelece critérios e procedimentos de ingresso dos órgãos e entidades no Sisbin como órgãos dedicados, associados e federados”.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Lido no Plenário do Congresso Nacional em 19 de março de 2025, o Ofício foi distribuído, na mesma data, para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), sendo, em 20 de março, designado este Senador para relatá-lo.

## **II – ANÁLISE**

A matéria em apreço versa sobre o ingresso de novos membros no Sisbin, processo que teve início em 2024, em virtude das alterações nas normas que regulamentam a participação dos entes federados no Sistema. Nesse sentido, os Estados relacionados no documento ora sob exame constituem o segundo grupo de entes federados cuja solicitação de ingresso no Sisbin foi encaminhada a esta Comissão.

### **II.1. Do ingresso no Sisbin**

Como no ano passado, convém esclarecer alguns aspectos do processo em curso. Registre-se que, instituído pela Lei nº 9.883, de 1999, o Sisbin “integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional” (art. 1º).

Nesse sentido, a referida Lei também prevê que, “mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência, as Unidades da Federação poderão compor o Sistema Brasileiro de Inteligência” (art. 3º, § 2º).

Desde sua instituição, o Sisbin passou por significativas transformações, tanto em sua estrutura quanto na composição de seus membros. A mudança mais recente deu-se em virtude do Decreto nº 11.693, de 2023. Assim, ao dispor sobre a organização e o funcionamento do Sistema, o Decreto em apreço estabelece, em seu art. 7º, que o Sisbin será integrado pelas seguintes categorias de órgãos:

I – um órgão central, qual seja, a Abin;



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

II – órgãos permanentes;

III – órgãos dedicados;

IV – órgãos associados; e

V – órgãos federados.

Ao discriminar cada categoria de ente que compõe o Sisbin, o Decreto nº 11.693, de 2023, assinala que os órgãos federados são aqueles das Unidades da Federação, as quais devem encaminhar ao Diretor-Geral da Abin suas propostas de ingresso, indicando os órgãos ou as entidades dessas unidades federadas que integrarão o Sistema. Ademais, essas propostas de ingresso devem ser submetidas ao órgão de controle externo, a CCAI, para que seja ouvido, nos termos da lei.

Passados quase 25 anos da instituição do Sisbin, em 2024, pela primeira vez, unidades da federação solicitam ingresso de seus órgãos e entes no Sistema. A iniciativa deveu-se tanto à alteração feita pelo Decreto nº 11.693, de 2023, quanto à meritória atuação do Diretor-Geral da Abin, ao entrar em contato com os governos dos Estados e do Distrito Federal e apresentar a nova configuração do Sistema e suas formas de ingresso. Assim, o primeiro grupo foi composto pelos Estados da Paraíba, do Mato Grosso do Sul, do Acre, do Mato Grosso e de Sergipe.

## **II.2. Do Ofício nº 1, de 2024, e da manifestação da CCAI**

Encaminhado o primeiro conjunto de solicitações a este órgão de controle externo, por meio do Ofício nº 1, de 2024, subscrito pelo Diretor-Geral da Abin e analisado por este Senador, produziu-se um parecer, o qual foi submetido à CCAI e aprovado.

No entendimento da Comissão, causou estranheza que alguns órgãos listados solicitassem ingresso em um Sistema que lida com dados e



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

informações sensíveis, e cuja divulgação pode comprometer os interesses nacionais do País e mesmo ameaçar sua soberania. Dispunha o parecer:

(...) diante da indagação sobre o atendimento a esses critérios e a outras diretrizes estabelecidas pelo Diretor-Geral da Abin, restamos a dúvida se uma Secretaria Estadual de Educação, ou uma de Turismo e Empreendedorismo, ou mesmo uma Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas, teria condições de atendê-los. Não nos foram encaminhados quaisquer documentos (como convênios ou protocolos) entre a Abin e esses entes das Unidades da Federação. Uma vez que o ofício que estamos a analisar inaugura um procedimento, entendemos que seria conveniente que esta Comissão conhecesse desses compromissos.

Naturalmente, quem deve ser o “avalista” dos órgãos que ingressam no Sisbin é a Abin. Entretanto, entendemos como relevante que o órgão de controle externo da Inteligência, a CCAI, conheça sobre as regras de ingresso dos novos entes e sobre o teor de sua participação no Sistema. Assim, parece-nos conveniente que recebamos da Abin, no caso já desses primeiros entes e, obviamente, dos vindouros, um relatório apresentando as razões pelas quais cada órgão deverá ser membro do Sisbin, bem como o atendimento aos requisitos legais e às disposições estabelecidas pelo Diretor-Geral da Abin. Sugerimos, inclusive, que, para sua aprovação por este órgão de controle externo, seja feita diligência de instrução para que os referidos documentos sejam anexados. Caso contrário, estaríamos a cancelar a adesão ao Sisbin de órgãos e entes das Unidades da Federação de forma apenas protocolar, sem qualquer conhecimento sobre as motivações e compromissos desses entes para fazerem parte de um Sistema de tamanha relevância.

Diante da preocupação do Colegiado, decidiu-se pelo sobrestamento da manifestação da CCAI sobre o Ofício nº 1, de 2024, para que fosse realizada a devida instrução do processado, conforme assinalado no Parecer.

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –  
Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Em atenção ao decidido pelo órgão de controle externo, foi enviado pela Abin novo documento, registrado como Ofício nº 845/2024/GAB/DG/ABIN/CC/PR, de 18 de dezembro de 2024.

Acompanhando o Ofício, havia três anexos: 1) a Portaria do Diretor-Geral da Abin que estabelece os critérios para o ingresso no Sisbin; 2) um modelo de Formulário de Adesão; e 3) uma “Cartilha” para o preenchimento do formulário.

O documento esclareceu todas as dúvidas assinaladas pela Comissão. Nesse sentido, o Diretor-Geral informou acerca dos procedimentos adotados para o ingresso das unidades estaduais e da cautela com relação ao compartilhamento de dados, informações e conhecimentos.

Asseverou, ainda, que, embora fosse facultado aos Senhores Governadores indicar as entidades estaduais ou municipais que entendiam poder compor o Sisbin com o status de “órgãos federados”, o ingresso não seria automático e muito menos desprovido da comprovação de requisitos e critérios propostos pelo órgão central.

Portanto, o encaminhamento das informações ao órgão de controle externo fez parte de uma fase preliminar do ingresso dos “órgãos federados”.

Ouvidos a CCAI e os “órgãos permanentes do Sisbin”, poderão ser concluídos os “acordos de adesão”. Essa oitiva e sua conclusão constituem, segundo o Diretor-Geral da Abin, uma etapa “eminentemente política”. Citou-se o art. 10 da Portaria nº 2.091, de 2024, que estabelece os critérios para aqueles órgãos:

Art. 10. O órgão ou entidade de Unidade da Federação será enquadrado como órgão federado quando atender aos seguintes critérios:

I – em relação a suas competências, tratar de temas relacionados à Política Nacional de Inteligência;



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

II – em relação à sensibilidade de dados, informações e conhecimentos, tratar dados, informações ou conhecimentos associados à Política Nacional de Inteligência;

III – em relação ao padrão de segurança, existirem no órgão ou entidade normas e controles relativos à governança, à segurança física, à segurança de pessoas e à segurança cibernética compatíveis com a sensibilidade dos dados, informações e conhecimentos em sua custódia;

IV – em relação aos recursos de pessoal, dispuser de efetivo com cursos de formação ou capacitação relacionados às áreas de Inteligência, de segurança da informação e cibernética ou áreas correlatas de ao menos vinte horas-aula nos últimos cinco anos;

V – em relação aos recursos de suporte tecnológico, dispuser de recursos de suporte de tecnologia tais como inventários de ativos de *hardware* e *software* corporativos, além de procedimentos e tratamento para ativos de software e ativos de hardware não autorizados; e

VI – em relação aos recursos de estrutura organizacional, dispuser de unidade como ponto de contato para assuntos relativos ao Sisbin.

Portanto, na chamada “etapa técnica” do ingresso”, os órgãos dos Estados e do Distrito Federal devem atender aos critérios estabelecidos pela Abin, repita-se, o órgão central do Sistema. Também devem produzir um plano para o trabalho conjunto com a Abin, que o avaliará. Somente com o atendimento a esses requisitos, é que o pedido pode ser aprovado pelo órgão central, viabilizando o ingresso desses entes no Sisbin.

O Diretor-Geral da Abin assevera, ademais, que, em conformidade com o Decreto nº 11.693, de 2023, o órgão central enviará à CCAI toda a documentação encaminhada pelos órgãos federados para ingresso no Sistema (como formulários de adesão e planos de trabalho).

E faz a ressalva, que este Relator considera de extrema importância, de que o referido ingresso não franqueia aos órgãos federados “o acesso a dados, conhecimentos e documentos de forma indiscriminada” e



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

automática, uma vez que, mesmo entre os membros federais do Sisbin, há limites impostos pela legislação em vigor.

Ao concluir o documento, o Senhor Diretor-Geral da Abin reitera a importância desta nova fase do Sisbin, assinalando a importância da inovadora dinâmica de relacionamento entre os entes que o compõem, muito enriquecida com o ingresso dos “órgãos federados”. Destaca, ainda, o papel fundamental da CCAI no processo.

### **II. 3. Do Ofício nº 1, de 2025**

Passa-se agora à breve análise da documentação encaminhada pela Abin em 2025. Sobre os órgãos dos Estados que solicitam o ingresso, esta Comissão dispõe tão somente das listas de entes encaminhadas pelos respectivos Senhores Governadores à Abin, com os respectivos “pontos focais” para o contato com os subsistemas estaduais de inteligência. Com base apenas em uma avaliação preliminar, pode-se inferir que, efetivamente, as listas compreendem produtores ou destinatários de conhecimentos de Inteligência.

Reitera-se que nenhum outro detalhe foi encaminhado além da discriminação dos entes – nem especificações sobre as atribuições do órgão, tampouco convênios celebrados e muito menos plano de trabalho para a cooperação. A lacuna se justifica plenamente por se estar em fase preliminar do processo de adesão, conforme explicado pelo Senhor Diretor-Geral da Abin.

Esta Comissão, portanto, não dispõe de elementos suficientes para avaliar se os órgãos que solicitam ingresso realmente lidam com Inteligência, mas entende que a Abin, o principal avalista desses órgãos, encaminhará os documentos da etapa técnica do processo, uma vez celebrado o acordo com os governos estaduais.

### **II.4. Ressalvas**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Com base no que foi encaminhado, esta Comissão toma conhecimento do ingresso dos novos membros no Sisbin. Registra, porém, que a informação à que teve acesso restringe-se aos nomes dos novos entes e, à exceção de Tocantins, dos pontos focais.

Permanece a certeza de que o efetivo controle não pode ser exercido com base tão somente nas informações encaminhadas. Até que sejam remetidos a este Colegiado os documentos assessórios aos acordos, permanece a Abin como o grande avalista desses processos em âmbito federal, não podendo o órgão de controle externo que foi “ouvido”, nos termos da lei, ser responsabilizado por eventuais problemas que possam advir da participação dos entes federados, por exemplo, resultantes de uso inadequado dos dados e conhecimentos compartilhados.

Uma derradeira ressalva refere-se à dúvida sobre o nível de acesso que os órgãos dos Estados e do Distrito Federal terão aos dados e conhecimentos produzidos e àqueles recebidos, inclusive, de órgãos congêneres de outros países. E se reitera a preocupação com o devido gerenciamento do compartilhamento.

Muito meritória seria uma audiência desta Comissão, com o Senhor Diretor-Geral da Abin, para que nos fosse explicado sobre os procedimentos adotados no Sisbin para salvaguarda de informações e proteção ao conhecimento.

Entende este Relator que a participação dos entes federados no Sisbin é de incomensurável relevância, desde que haja instrumentos que regulamentem com clareza os meios de acesso a dados, informações e conhecimentos, os mecanismos de compartilhamento e, ainda, os procedimentos de compartimentação e de proteção ao conhecimento.

Nesse sentido, entende-se que muito útil para os órgãos estaduais seria a cooperação com a Inteligência federal na área de Segurança Pública e de Proteção ao Conhecimento.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Lembra-se, por último, que, uma vez no Sistema, cabe à Abin, conforme estabelecido na Resolução nº 2, de 2013 – CN (o Regimento Interno da CCAI), encaminhar periodicamente, a este Colegiado, relatórios sobre o andamento da cooperação com os entes federados.

É o mínimo que se espera do órgão central do Sisbin.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, submete-se à Comissão o presente Relatório, por meio do qual este Relator entende que a Abin atendeu ao disposto no arcabouço normativo de Inteligência, enviando ao órgão de controle externo as relações com os entes que pleiteiam ingresso no Sisbin como “órgãos federados”.

Propõe-se, uma vez aquiescido pela Comissão, que este Relatório seja encaminhado ao Senhor Diretor-Geral da Abin em anexo a Ofício de Sua Excelência, o Senhor Presidente desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de que o Colegiado tomou ciência do interesse dos Estados da Federação de tomarem parte no Sisbin e que aguarda o envio dos novos documentos relacionados à execução dos acordos, aprimorando-se o controle externo da Inteligência.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**3**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## **PARECER Nº       , DE 2025**

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, sobre o Ofício nº 2, de 2025, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que *encaminha proposta de ingresso de Unidades da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão Ofício (CN) nº 2, de 2025, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que *encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*. Segue-se, portanto, ao disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e no § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.693, de 6 de setembro de 2023.

Foi encaminhado, desse modo, para manifestação deste órgão de controle externo, o pedido de ingresso do Distrito Federal. Encaminhado pela Mesa Diretora do Congresso Nacional à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), em 11 de junho foi designado este Senador para relatá-lo.

### **II – ANÁLISE**

A matéria em apreço versa sobre o ingresso de novos membros no Sisbin, processo que teve início em 2024, em virtude das alterações nas normas que regulamentam a participação dos entes federados no Sistema. Nesse sentido, dois grupos de Estados já foram apresentados a exame desta



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Comissão, por meio dos ofícios nº 1, de 2024, e nº 1, de 2025, dos quais foi este Senador o Relator, estabelecendo-se um procedimento para sua análise.

Nossas considerações gerais sobre ingresso de novos membros no Sisbin encontram-se, portanto, nos relatórios de apreciação dos dois ofícios, inclusive no que concerne a nossa preocupação com o papel de controle do Congresso Nacional, e deste Colegiado em particular, acerca da forma como esses novos membros são admitidos no Sistema e das medidas de segurança e de proteção ao conhecimento adotadas. Passamos, assim à avaliação do caso concreto.

## **II. 1. Do Ofício nº 2, de 2025**

Conforme o disposto no Decreto nº 11.693, de 2023, e em atendimento à Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 2091, de 3 de junho de 2024, a Senhora Governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, indicou a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal como órgão que poderá integrar o Sisbin pelo ente federado, também assinalando o ponto focal na Subsecretaria.

Da mesma forma que ocorreu nos dois ofícios anteriores, nenhum outro detalhe foi encaminhado além da discriminação do ente – nem mesmo especificações sobre as atribuições do órgão, tampouco convênios celebrados e muito menos plano de trabalho para a cooperação. Justifica-se a lacuna por se estar em fase preliminar do processo de adesão, conforme explicado pelo Senhor Diretor-Geral da Abin em ofício encaminhado a esta Comissão em dezembro passado (Ofício nº 845/2024/GAB/DG/ABIN/CC/PR, de 18 de dezembro de 2024).

Observe-se, portanto, que o único dado fornecido a esta Comissão a respeito do órgão que solicita ingresso trata de Inteligência é o nome da Subsecretaria. Contudo, este Relator entende que a Abin, o principal avalista desse órgão, encaminhará os documentos da etapa técnica do processo, uma vez celebrado o acordo com o Governo do Distrito Federal.

## **II.2. Ressalvas**

Como citado nos casos anteriores, permanece a certeza de que o efetivo controle da Inteligência não pode ser exercido com base tão



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

somente nas informações encaminhadas. Até que sejam remetidos a este Colegiado os documentos assessórios aos acordos de ingresso no Sisbin, permanece a Abin como o grande avalista desses processos em âmbito federal, não podendo o órgão de controle externo que foi “ouvido”, nos termos da lei, ser responsabilizado por eventuais problemas que porventura advenham da participação dos entes federados, por exemplo, resultantes de uso inadequado dos dados e conhecimentos compartilhados.

Outra ressalva refere-se à dúvida sobre o nível de acesso que os órgãos dos Estados e do Distrito Federal terão aos dados e conhecimentos produzidos e àqueles recebidos, inclusive, de órgãos congêneres de outros países. Reitera-se a preocupação com o devido gerenciamento do compartilhamento dessas informações. Muito meritório seria uma audiência desta Comissão, com o Senhor Diretor-Geral da Abin, para que nos fosse explicado sobre os procedimentos adotados no Sisbin para salvaguarda de informações e proteção ao conhecimento.

A participação dos entes federados no Sisbin, entende este Relator, é de incomensurável relevância, desde que haja instrumentos que regulamentem com clareza os meios de acesso a dados, informações e conhecimentos, os mecanismos de compartilhamento e, ainda, os procedimentos de compartimentação e de proteção ao conhecimento. Nesse sentido, entende-se que muito útil para os órgãos estaduais seria a cooperação com a Inteligência federal na área de Segurança Pública e de Proteção ao Conhecimento.

Lembra-se, por último, que uma vez no Sistema, cabe à Abin, conforme estabelecido na Resolução nº 2, de 2013 – CN (o Regimento Interno da CCAI), encaminhar periodicamente, a este Colegiado, relatórios sobre o andamento da cooperação com os entes federados. É o que se espera do órgão central do Sisbin.

### **III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, submete-se à Comissão o presente Relatório, por meio do qual este Relator entende que a Abin atendeu ao disposto no arcabouço normativo de Inteligência, enviando ao órgão de controle externo o pleito do Distrito Federal para ingresso no Sisbin como “órgãos federados”.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Propõem-se, uma vez aquiescido pela Comissão, que este Relatório seja encaminhado ao Senhor Diretor-Geral da Abin anexo a Ofício de Sua Excelência, o Senhor Presidente desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de que o Colegiado tomou ciência do Distrito Federal de tomar parte no Sisbin e que aguarda o envio dos novos documentos que instruírem a execução dos acordos, aprimorando-se, dessa forma, o controle externo da Inteligência.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**4**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## **PARECER Nº       , DE 2025**

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, sobre o Ofício (CN) nº 3, de 2025, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que *encaminha proposta de ingresso de Unidade da Federação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão Ofício (CN) nº 3, de 2025, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que *encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)*. Segue-se, portanto, ao disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e no § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.693, de 6 de setembro de 2023.

É encaminhado, desse modo, para manifestação deste órgão de controle externo, o pedido de ingresso do Estado do Pará no Sisbin.

Lido no Plenário do Congresso Nacional em 11 de junho de 2025, o Ofício foi distribuído, na mesma data, para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), e, na mesma data, fui designado para relatá-lo.

### **II – ANÁLISE**

A matéria em apreço versa sobre o ingresso de novos membros no Sisbin, processo que teve início em 2024, em virtude das alterações nas normas que regulamentam a participação dos entes federados no Sistema.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Nesse sentido, além do Estado do Pará, ora sob exame, já foram encaminhadas a esta Comissão as solicitações de dois grupos de entes federados para ingresso no Sisbin.

Adiantamos, neste ponto, que as referidas solicitações ainda estão sendo instruídas pelo órgão central do Sisbin, a Abin, a qual, em momento oportuno, encaminhará suas conclusões a respeito dos ingressos a este órgão de controle externo.

### **II.1. Do ingresso no Sisbin**

Convém esclarecer alguns aspectos do processo em curso. Registre-se que, instituído pela Lei nº 9.883, de 1999, o Sisbin “integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional” (art. 1º).

Nesse sentido, a referida Lei também prevê que “mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência, as Unidades da Federação poderão compor o Sistema Brasileiro de Inteligência” (art. 3º, § 2º).

Desde sua instituição, o Sisbin passou por significativas transformações, tanto em sua estrutura quanto na composição de seus membros. A mudança mais recente deu-se em virtude do Decreto nº 11.693, de 2023. Assim, ao dispor sobre a organização e o funcionamento do Sistema, o Decreto estabelece, em seu art. 7º, que o **Sisbin será integrado pelas seguintes categorias de órgãos:**

I – um órgão central, qual seja, a Abin;

II – órgãos permanentes;

III – órgãos dedicados;

IV – órgãos associados; e

**V – órgãos federados.**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Ao discriminar cada categoria de ente que compõe o Sisbin, o Decreto nº 11.693, de 2023, assinala que os órgãos federados são aqueles das Unidades da Federação, as quais devem encaminhar ao Diretor-Geral da Abin suas propostas de ingresso, indicando os órgãos ou as entidades dessas unidades federadas que integrarão o Sistema. Ademais, essas propostas de ingresso devem ser submetidas ao órgão de controle externo, a CCAI, para que seja ouvido, nos termos da lei.

Passados quase 25 anos da instituição do Sisbin, em 2024, pela primeira vez unidades da federação solicitam ingresso de seus órgãos e entes no Sistema. A iniciativa deveu-se tanto à alteração feita pelo Decreto nº 11.693, de 2023, quanto à meritória atuação da Diretoria-Geral da Abin ao entrar em contato com os governos dos Estados e do Distrito Federal e apresentar a nova configuração do Sistema e suas formas de ingresso.

## **II.2. Do Ofício nº 1, de 2024, e da manifestação da CCAI**

Encaminhado o primeiro conjunto de solicitações a este órgão de controle externo, por meio do Ofício nº 1, de 2024, subscrito pelo Diretor-Geral da Abin e analisado por este Senador, produziu-se um parecer, o qual foi submetido à CCAI e aprovado. No entendimento da Comissão, causou estranheza que alguns órgãos listados solicitassem ingresso em um Sistema que lida com dados e informações sensíveis, e cuja divulgação pode comprometer os interesses nacionais do País e mesmo ameaçar sua soberania. Dispôs o parecer:

(...) diante da indagação sobre o atendimento a esses critérios e a outras diretrizes estabelecidas pelo Diretor-Geral da Abin, restamos a dúvida se uma Secretaria Estadual de Educação, ou uma de Turismo e Empreendedorismo, ou mesmo uma Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas, teria condições de atendê-los. Não nos foram encaminhados quaisquer documentos (como convênios ou protocolos) entre a Abin e esses entes das Unidades da Federação. Uma vez que o ofício que estamos a analisar inaugura um procedimento, entendemos que seria conveniente que esta Comissão conhecesse desses compromissos.

Naturalmente, quem deve ser o “avalista” dos órgãos que ingressam no Sisbin é a Abin. **Entretanto, entendemos como relevante que o órgão de controle externo da Inteligência, a CCAI, conheça sobre as regras de ingresso dos novos entes e**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

sobre o teor de sua participação no Sistema. Assim, parece-nos conveniente que recebamos da Abin, no caso já desses primeiros entes e, obviamente, dos vindouros, um relatório apresentando as razões pelas quais cada órgão deverá ser membro do Sisbin, bem como o atendimento aos requisitos legais e às disposições estabelecidas pelo Diretor-Geral da Abin. Sugerimos, inclusive, que, para sua aprovação por este órgão de controle externo, seja feita diligência de instrução para que os referidos documentos sejam anexados. Caso contrário, estaríamos a cancelar a adesão ao Sisbin de órgãos e entes das Unidades da Federação de forma apenas protocolar, sem qualquer conhecimento sobre as motivações e compromissos desses entes para fazerem parte de um Sistema de tamanha relevância.

Diante da preocupação do Colegiado, decidiu-se pelo sobrestamento da manifestação da CCAI sobre o Ofício nº 1, de 2024, para que fosse realizada a devida instrução do processado, conforme assinalado no Parecer.

Em atenção ao decidido pelo órgão de controle externo, foi enviado pela Abin novo documento, registrado como Ofício nº 845/2024/GAB/DG/ABIN/CC/PR, de 18 de dezembro de 2024. Acompanhando o Ofício, havia três anexos: **1) a Portaria do Diretor-Geral da Abin que estabelece os critérios para o ingresso no Sisbin; 2) um modelo de Formulário de Adesão; e 3) uma “Cartilha” para o preenchimento do formulário.**

O documento esclareceu a todas as dúvidas assinaladas pela Comissão. Nesse sentido, o Diretor-Geral informou dos procedimentos adotados para o ingresso das unidades estaduais e da cautela com relação ao compartilhamento de dados, informações e conhecimentos. Asseverou, ainda, embora fosse facultado aos Senhores Governadores indicar as entidades estaduais ou municipais que entendiam poder compor o Sisbin com o status de “órgãos federados”, o ingresso não seria automático e muito menos desprovido da comprovação de requisitos e critérios propostos pelo órgão central.

Portanto, o encaminhamento das solicitações ao órgão de controle externo fez parte de uma **fase preliminar do ingresso dos “órgãos federados”**. Ouvida a CCAI e os “órgãos permanentes do Sisbin”, poderão



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

ser concluídos os “acordos de adesão”. Essa oitiva e sua conclusão constituem, segundo o Diretor-Geral da Abin, uma etapa “eminentemente política”.

Citou-se o art. 10 da Portaria nº 2.091, de 2024, que estabelece os critérios para aqueles órgãos:

Art. 10. O órgão ou entidade de Unidade da Federação será enquadrado como órgão federado quando atender aos seguintes critérios:

I – em relação a suas competências, tratar de temas relacionados à Política Nacional de Inteligência;

II – em relação à sensibilidade de dados, informações e conhecimentos, tratar dados, informações ou conhecimentos associados à Política Nacional de Inteligência;

III – em relação ao padrão de segurança, existirem no órgão ou entidade normas e controles relativos à governança, à segurança física, à segurança de pessoas e à segurança cibernética compatíveis com a sensibilidade dos dados, informações e conhecimentos em sua custódia;

IV – em relação aos recursos de pessoal, dispuser de efetivo com cursos de formação ou capacitação relacionados às áreas de Inteligência, de segurança da informação e cibernética ou áreas correlatas de ao menos vinte horas-aula nos últimos cinco anos;

V – em relação aos recursos de suporte tecnológico, dispuser de recursos de suporte de tecnologia tais como inventários de ativos de *hardware* e *software* corporativos, além de procedimentos e tratamento para ativos de software e ativos de hardware não autorizados; e

VI – em relação aos recursos de estrutura organizacional, dispuser de unidade como ponto de contato para assuntos relativos ao Sisbin.

Portanto, na chamada “etapa técnica” do ingresso”, os órgãos dos Estados e do Distrito Federal devem atender aos critérios estabelecidos pela Abin, repita-se, o órgão central do Sistema. Também devem produzir um plano para o trabalho conjunto com a Abin, que o avaliará. Somente com o atendimento a esses requisitos é que o pedido pode ser aprovado pelo órgão central, viabilizando o ingresso desses entes no Sisbin.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O Diretor-Geral da Abin assevera, ademais, que, em conformidade com o Decreto nº 11.693, de 2023, o órgão central enviará à CCAI toda a documentação encaminhada pelos órgãos federados para ingresso no Sistema (como formulários de adesão e planos de trabalho). E faz a ressalva, que este Relator considera de extrema importância, de que o referido ingresso não franqueia aos órgãos federados “o acesso a dados, conhecimentos e documentos de forma indiscriminada” e automática, uma vez que, mesmo entre os membros federais do Sisbin, há limites impostos pela legislação em vigor.

Ao concluir o documento, o Senhor Diretor-Geral da Abin reitera a importância desta nova fase do Sisbin, assinalando a importância da inovadora dinâmica de relacionamento entre os entes que o compõem, muito enriquecida com o ingresso dos “órgãos federados”. Destaca, ainda, o papel fundamental da CCAI no processo.

### **II. 3. Do Ofício nº 3 (CN), de 2025**

Passa-se agora à breve análise da documentação encaminhada pela Abin acerca do pedido de ingresso do Estado do Pará. Sobre o órgão que ora solicita o ingresso, Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, podemos inferir, preliminarmente, que se trata de produtores ou destinatários de conhecimentos de Inteligência.

No entanto, nenhum outro detalhe foi encaminhado além da discriminação do órgão e seu ponto focal, tampouco especificações sobre as atribuições do órgão, convênios celebrados ou plano de trabalho para a cooperação.

A lacuna se justifica plenamente por se estar em fase preliminar do processo de adesão, conforme explicado pelo Senhor Diretor-Geral da Abin. Esta Comissão, portanto, não dispõe de elementos suficientes para avaliar se os órgãos que solicitam ingresso realmente lidam com Inteligência, mas entende que a Abin, o principal avalista desses órgãos, encaminhará os documentos da etapa técnica do processo, uma vez celebrado o acordo com os governos estaduais.

### **II.4. Ressalvas**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Com base no que foi encaminhado, esta Comissão toma conhecimento da solicitação de ingresso do Estado do Pará no Sisbin. Registra, uma vez mais, que a informação a que teve acesso restringe-se ao órgão candidato a integrante do sistema, e ao servidor que o representa.

À vista desse fato, permanece a certeza de que o efetivo controle externo não pode ser exercido com base tão somente nas informações encaminhadas. Até que sejam remetidos a este Colegiado os documentos assessórios aos acordos, permanece a Abin como o grande avalista desses processos em âmbito federal, não podendo o órgão de controle externo que foi “ouvido”, nos termos da lei, ser responsabilizado por eventuais problemas que possam advir da participação dos entes federados, por exemplo, resultantes de uso inadequado dos dados e conhecimentos compartilhados.

Uma derradeira ressalva refere-se à dúvida sobre o nível de acesso que os órgãos dos Estados e do Distrito Federal terão aos dados e conhecimentos produzidos e àqueles recebidos, inclusive, de órgãos congêneres de outros países. E reitera-se a preocupação com o devido gerenciamento do compartilhamento. Nesse sentido, bastante oportuna seria uma audiência com o Senhor Diretor-Geral da Abin, para que nos fosse explicado sobre os procedimentos adotados no Sisbin para salvaguarda de informações e proteção ao conhecimento.

Entende este Relator que a participação dos entes federados no Sisbin é de incomensurável relevância, desde que haja instrumentos que regulamentem com clareza os meios de acesso a dados, informações e conhecimentos, os mecanismos de compartilhamento e, ainda, os procedimentos de compartimentação e de proteção ao conhecimento. Nesse sentido, entende-se que muito útil para os órgãos estaduais seria a cooperação com a Inteligência federal na área de Segurança Pública e de Proteção ao Conhecimento.

Lembra-se, por último, que, uma vez no Sistema, cabe à Abin, conforme estabelecido na Resolução nº 2, de 2013 – CN (o Regimento Interno da CCAI), encaminhar periodicamente a este Colegiado relatórios sobre o andamento da cooperação com os entes federados. É o que se espera do órgão central do Sisbin.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, submete-se à Comissão o presente Relatório, por meio do qual este Relator entende que a Abin atendeu ao disposto no arcabouço normativo de Inteligência, **comunicando** ao órgão de controle externo a solicitação de Unidade Federativa para ingresso no Sisbin como “órgão federados”.

Propõem-se, uma vez aquiescido pela Comissão, que este Relatório seja encaminhado ao Senhor Diretor-Geral da Abin anexo a Ofício de Sua Excelência, o Senhor Presidente desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, informando que o Colegiado tomou ciência do interesse dos Estado do Pará em integrar o Sisbin e que, no ensejo, aguarda o envio dos documentos que instruíram a adesão do órgão federado, aprimorando-se, dessa forma, o controle externo da Inteligência.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**5**



## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**6**